

**17/7/1986**

**Pazzianotto e Tuma anunciam providências**

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, determinou ontem ao delegado regional do Trabalho de São Paulo, Argeu Quintanilha de Carvalho, a "urgente fiscalização, com o emprego de todos os recursos disponíveis", do cumprimento da convenção coletiva de trabalho no setor canavieiro, enquanto o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, admitia que a PF poderá instaurar inquérito para apurar os acontecimentos de Leme.

É esta a íntegra do telex enviado pelo ministro ao delegado regional do Trabalho: "Diante de repetidas denúncias de falta de cumprimento da convenção coletiva de trabalho do setor canavieiro, especialmente das cláusulas que garantem aos trabalhadores o controle dos metros de cana cortados durante a jornada, e os ganhos obtidos, determino urgente fiscalização, como o emprego de todos os recursos disponíveis".

**Inquérito da PF?**

Existe expectativa de que a Polícia Federal também venha a instaurar inquérito para apurar o incidente de Leme, segundo disse o diretor-geral do DPF, Romeu Tuma. Entretanto, explicou que ainda estavam sendo realizados levantamentos para ver se a Polícia Federal deve agir no caso.

"Temos uma obrigação de ofício e de ofício não abro mão", afirmou, acrescentando que havia fortes indícios de que a lei de greve foi ferida na paralisação de Leme. A participação de "elementos estranhos à categoria" seria um desses indícios, segundo o diretor-geral do DPF.

Tuma disse que não poderia acusar o PT, como organização jurídica, da prática de crime, mas acrescentou que não se pode negar a presença de pessoas ligadas ao partido no incidente de Leme. Daí, passou a criticar entidades dos trabalhadores que teriam pregado o uso de violência como solução de conflitos. "Quem prega a violência tem que pagar o preço da consequência", afirmou.

**(Página 9)**